



PROJETO DE LEI 594/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação, organização e remoção de cabos e fios inutilizados nos postes de iluminação pública no âmbito do Município de Sonora, e dá outras providências

Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação, organização e remoção de cabos e fios inutilizados nos postes de iluminação pública no âmbito do Município de Sonora, e dá outras providências

SONORA/MS, 26 de Setembro de 2025

Poder Executivo
Prefeito Municipal(a)



PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 594/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REMOÇÃO DE CABOS E FIOS INUTILIZADOS NOS POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SONORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

I – O RELATÓRIO

Foi-nos encaminhado pelo Executivo Municipal, o Projeto de Lei n.º594/2025, para ser analisado e votado pelos dignos pares desta Casa de Leis, referente, segundo a mensagem, a regularização da fiação aérea em postes de iluminação pública no município, pertencentes a empresas de internet, telecomunicações e TV por assinatura (a cabo). O Art.1.º trata da obrigação das empresas responsáveis a realizar o inventário, a identificação, a organização e a remoção dos fios e cabos inutilizados em postes de iluminação pública do município. O Art.2.º traz o prazo para apresentar em 90 dias a partir da publicação desta Lei, relatório técnico, retirada imediata de materiais inutilizados, dentre outras exigências em seus incisos de I a IV. O Art.3.º e seus incisos de I a III, tratam das punições caso haja descumprimento das obrigações previstas na Lei, desde advertência a multa administrativa até a suspensão de alvará de funcionamento. O Art. 4.º refere-se a convênios com a concessionária de energia elétrica local, bem como o Art.5.º refere-se ao prazo para a execução e obrigações da Lei.

II – PARECER E VOTO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei n.º 594/2025 encontra-se amparado pela Constituição Federal em vigor, sendo, portanto, constitucional.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 02 de outubro de 2025

Ver. Francisco Deuzimar Lima
Presidente

Ver. Joaquim Cassiano Teixeira
Relator

Ver. Weldisom Manoel Ramos
Membro





COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Solicitação de parecer: 02/10/2025 11:06

Prazo: 07/10/2025

Comissão: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Status do parecer: Em aberto



PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 594/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REMOÇÃO DE CABOS E FIOS INUTILIZADOS NOS POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SONORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

I – O RELATÓRIO

Foi-nos encaminhado pelo Executivo Municipal, o Projeto de Lei n.º594/2025, para ser analisado e votado pelos dignos pares desta Casa de Leis, referente, segundo a mensagem, a regularização da fiação aérea em postes de iluminação pública no município, pertencentes a empresas de internet, telecomunicações e TV por assinatura (a cabo). O Art.1.º trata da obrigação das empresas responsáveis a realizar o inventário, a identificação, a organização e a remoção dos fios e cabos inutilizados em postes de iluminação pública do município. O Art.2.º traz o prazo para apresentar em 90 dias a partir da publicação desta Lei, relatório técnico, retirada imediata de materiais inutilizados, dentre outras exigências em seus incisos de I a IV. O Art.3.º e seus incisos de I a III, tratam das punições caso haja descumprimento das obrigações previstas na Lei, desde advertência a multa administrativa até a suspensão de alvará de funcionamento. O Art. 4.º refere-se a convênios com a concessionária de energia elétrica local, bem como o Art.5.º refere-se ao prazo para a execução e obrigações da Lei.

II – PARECER E VOTO

A Comissão de Orçamento e Finanças reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei n.º 594/2025 encontra-se amparado pela Lei Orçamentária em vigor.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 02 de outubro de 2025

Ver. Flávia Porto da Mota Vasconcelos
Presidente

Ver. Hemerson Oliveira Grison
Relator

Ver. Douglas Brasileiro da Silva
Membro





COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Solicitação de parecer: 02/10/2025 11:11

Prazo: 07/10/2025

Comissão: COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Status do parecer: Em aberto

